

Mudanças tecnológicas e produção do espaço: considerações sobre desenvolvimento na escala local

Floriano J. Godinho de Oliveira*

Recibido: 10 de enero de 2003

Aceptado en versión final: 30 de septiembre de 2003

Resumo. As mudanças nos paradigmas tecnológicos de produção industrial acabam por, aos poucos, induzirem mudanças em todos os demais aspectos da produção e em importantes campos da organização social. Tudo isto implica, também, mudanças importantes na produção contemporânea do espaço. Deste processo, emergem dois importantes fenômenos relacionados à produção social do espaço que nos interessam analisar: uma nova espacialidade industrial, caracterizado por maior desconcentração espacial, influiu para a criação de uma nova forma de organização geral das atividades econômicas; e uma nova forma de relações entre os setores industriais e financeiros hegemônicos e os estados nacionais e locais na sedimentação de novos espaços.

Este artigo, portanto, procurará discutir alguns aspectos que caracterizam as mudanças nas estruturas produtivas, em termos de alterações temporais e espaciais, e as novas formas de relações instrumentais com o conjunto das forças sociais nos territórios sub nacionais dos países da periferia econômica. Assim, enfatizando aspectos que expressam as tensões entre o global e o local, trabalhamos com a idéia de compreender os processos de mudanças na estrutura produtiva como um dos aspectos importantes na organização do espaço, do território, uma vez que atualmente a organização sócio-econômica se dá em novas bases. Conjugado a este fenômeno, destacamos o fato de que a escala local, como também um espaço de relações privilegiadas para a definição de localização e instalação de empreendimentos, implica, no plano das ações e das análises, atribuir maior importância à identificação das relações que se pretende estabelecer no local referido.

Palavras chaves: Geografia Econômica; reestruturação produtiva; desenvolvimento local; inovações tecnológicas.

Technological changes and the production of space: considerations on development at a local scale

Abstract The changes in industrial-production technological paradigms induce changes in all others aspects of production within important social organization sectors. Furthermore, all this implies important changes in today's generation of spaces. This work aims to analyze two key phenomena which arise from this process and are related to the social production of space: a new industrial specialization, characterized by a higher spatial deconcentration, which in turn influences the creation of a new mode of organization of the economic activities; and a new way of interrelations between the hegemonic industrial and financial sectors in the national and local states during the development of new spaces.

This article, therefore, will discuss some aspects characterizing the changes in production structures, in terms of temporal and spatial effects, as new ways of interrelation between the social sectors within the subnational territory of countries in the economic periphery. Emphasizing the conflicting local-versus-global aspects, we attempt to understand change processes in the productive structure as one of the key aspects in the organization of the space and territory, given that today socioeconomic activities are taking place on new bases. Along with this phenomenon, it is worth stressing that at a local scale, a space of privileged relationships for the definition of the location and installation of projects involves not only actions and analyses, but also the need to assign more importance to the identification of the relationships to be established.

Key words: Economic Geography, production restructuring, local development, technological innovations.

UM CENÁRIO DE MUDANÇAS QUAIS MUDANÇAS?

Mudanças tecnológicas

A incorporação da microeletrônica e da informática nas atividades industriais no transcorrer da década de 70, significou uma alteração profunda no paradigma tecnológico de produção industrial. Essas mudanças acabam por, aos poucos, induzir mudanças em todos os demais aspectos da produção e em importantes campos da organização social. Mudanças que, segundo Benko (1996 p. 116/124), induzem a outras no sistema técnico, onde passa a predominar *máquinas inteligentes* comandadas por computadores e programáveis; mudanças nas estruturas industriais, agora mais descentralizadas e flexíveis; na estrutura do capital, agora sob a égide do sistema financeiro em escala internacional; na forma e no conteúdo tanto da organização do trabalho quanto das formas de contratação.

Tudo isto implica, também, mudanças importantes na produção contemporânea do espaço, na medida em que influem, por exemplo, na distribuição de renda, acentuando ainda mais a desigualdade e, conseqüentemente, influenciando no padrão e formas de consumo, cada vez mais induzido, e nos modos de vida (Benko, 1996, p.122).

Conseqüências maiores, ao nosso ver, são as que dizem respeito às intervenções cada vez mais contidas do Estado, que passa a atuar muito mais voltado aos interesses da reprodução das condições de produção, investindo mais nos recursos materiais e bens de produção. Com isso, secundariza ainda mais as ações voltadas para a reprodução da força de trabalho e as ações voltadas para a regulação das formas, conteúdos e estrutura da organização sócio-econômica na atualidade.

Deste processo, emergem dois importantes

fenômenos relacionados à produção social do espaço que nos interessam analisar: uma nova espacialidade industrial, caracterizada por maior desconcentração espacial, influenciando para a criação de uma nova forma de organização geral das atividades econômicas; e uma nova forma de relações entre os setores industriais e financeiros hegemônicos e os estados nacionais e locais na sedimentação de novos espaços.

Vejamos o primeiro. Os avanços tecnológicos produzidos até meados da década de 60, conduziram a produção industrial e a economia mundial a uma crise, gerada, em grande medida, por um aumento significativo da capacidade produtiva -capacidade produtiva que fez aumentar a concorrência entre os países líderes do bloco europeu, liderado pela Alemanha; do asiático, liderado pelo Japão; e do americano, liderado pelos EUA. Porém, tais avanços foram, também, o instrumental utilizado para o início de sua superação.

Com a disseminação das tecnologias até então conhecidas, a concorrência desenfreada entre os blocos acaba por fazer diminuir sensivelmente a taxa de lucro, uma vez que todos dispunham de tecnologias para reduzir continuamente seus custos de produção, fazendo com que a taxa de lucro crescesse em percentuais cada vez menores, até mesmo fazendo-a tender a zero.

Com efeito, em face deste novo cenário, ocorre um aumento significativo da competitividade entre produtores industriais. Essa concorrência, em um sistema ainda muito dependente da força de trabalho, faz com que o uso de novas tecnologias adquira um papel importante. Isso porque, ao mesmo tempo em que incorporavam novas tecnologias às suas atividades, as indústrias ampliavam sua capacidade de competição, ampliando seus ganhos sobre os concorrentes devido ao menor custo de produção e à maior capacidade de reprodução ampliada

do capital, e combatiam o poder crescente que a força de trabalho possuía no modelo e padrão produtivo até então dominante.

Tal estratégia, então, não é inocente ao incorporar os avanços da ciência informacional ao sistema produtivo: é instrumental. Instrumental por que se evidencia como uma forma de redução dos custos de produção, pela modernização do sistema, pela ampliação da concentração e centralização do capital, que são processos históricos de sua constituição (Aglietta, 1986), mas, também, pela perspectiva de diminuir a resistência da força de trabalho, uma vez que a tecnologia usada mais do que produzir máquinas para serem o prolongamento da capacidade de trabalho do homem, produz máquinas para substituí-lo.

Configura-se neste processo, no decorrer da década de 70, um novo padrão produtivo, um padrão informacional (Santos, 1996), intensificando o então chamado processo de globalização, sustentado pela incorporação sistemática dos recursos tecnológicos propiciados pela micro-eletrônica, pelo computador e pelos sistemas comunicacionais, hoje disponíveis para os setores produtivos e dominantes da sociedade. Não pretendemos, aqui, entrar no mérito do debate sobre os efeitos desta *globalização* no mundo contemporâneo. São inegavelmente importantes as análises críticas já realizadas sobre o tema (Arrighi, 1997; Hirst & Thompson, 1998; Singer, 1998; Santos, 2000: etc), dentre as quais destacamos as de Milton Santos (2000, p. 17/22) quando identifica e discute o quanto de *fábula*, de *perversidade* e de *possibilidades* existe neste processo. Porém, nossa preocupação, aqui, dirige-se mais para o fato de que esse fenômeno nos obriga a repensar os processos constituintes da produção do espaço, uma vez que se intensifica enormemente a complexidade das relações que o produzem. Mais do que nunca, é correta a análise construída por Lefebvre (1980), para

quem "os espaços anteriormente desocupados -a montanha, o mar- entram no mercado, tornando-se mercadorias, e são ocupados por enormes indústrias novas: lazer, cultura".

Não basta identificar uma maior dinâmica produtiva, maior circulação e mundialização de hábitos e valores. É preciso enfatizar o processo constituinte de novas formas que se materializam no território e os usos e sentidos de cada novo objeto, determinados pelas funções que exercem nas relações sociais, bem como as possíveis implicações dessas novas formas e as funções, que nelas se desenvolvem, com as novas estruturas sociais e produtivas. Pensar o espaço, portanto, não como, apenas, espaço de reprodução das condições de produção, mas, espaço social, onde se realizam as relações e se reproduz a vida, em todas as suas dimensões. Isso porque compartilhamos do pensamento de Lefebvre sobre os processos que produzem o espaço, quando diz que "o espaço social e político hoje é ao mesmo tempo real e operacional, dado e instrumental, necessidade e virtualidade. Ele é produto, mas também produtor e reproduz (na manutenção das relações de dominação)" (Lefebvre, 1980, p. 150).

Este canário, ao mesmo tempo velho e novo, nos exige repensar o espaço e as ações que o produzem como totalidade e expressão das relações e ações sociais -que vão deste as relações produtivas às manifestações dos indivíduos em seu cotidiano- de forma que não tenhamos o foco de nossa análise em partes isoladas, mas, ao contrário, saibamos valorar os aspectos que nos informam mudanças para, então, recompormos analiticamente essa totalidade. Assim, trabalhamos com a idéia de compreender os processos de mudanças na estrutura produtiva como um dos aspectos importantes na organização do espaço, do território, uma vez que atualmente a organização sócio-econômica se dá em novas bases.

As mudanças nos paradigmas produtivos e na configuração de uma nova espacialidade industrial são, então, um importante referencial para nós. Principalmente porque essas mudanças têm implicações, também, na organização econômica, fazendo prevalecer a emergência de atividades de serviços industriais, uma terceirização crescente na economia e a redefinição do papel das pequenas e médias empresas neste novo cenário.

Mudanças na ordem local: as tensões entre o global e o local

Face a todo esse movimento, em termos de mudanças no padrão técnico dos sistemas produtivos, devemos explicitar melhor as mudanças em termos da produção de uma nova espacialidade industrial, como citamos inicialmente. A globalização, mais do que maior circulação de mercadorias, culturas e valores, diz respeito à mundialização da capacidade produtiva e do sistema financeiro, internacionalizando ainda mais a produção e, cada vez mais, incorporando o espaço como elemento estratégico de reprodução ampliada do capital. Concordamos, aqui, com Asheim (1998) quando enfatiza a distinção entre internacionalização e globalização. Para esse autor, "quando discutimos processo de globalização é importante notar que os termos 'internacional' e 'global' não são idênticos. Enquanto internacionalização simplesmente refere-se à extensão da atividade além das fronteiras, por exemplo, um alargamento da economia capitalista mundial como tal, globalização implica proposição de integração funcional em meio a atividades geograficamente dispersas (...) nós argumentamos que esta mudança de uma internacional para uma economia global representa uma potencialmente nova fase no desenvolvimento da economia capitalista no mundo" (Asheim, 1998:201).

Lançando mão das atuais tecnologias de

informação, o capital industrial se vê na condição de controlar todo o sistema produtivo a partir de suas matrizes nos países centrais do sistema econômico -e o sistema financeiro de controlar toda a circulação de capitais, a partir das chamadas cidades globais (Sassem, 1993:189)- e deslocar suas atividades de produção para onde os recursos naturais, técnicos e sociais oferecem melhores vantagens locais. Isso faz superar a fase em que as empresas tinham que instalar complexos produtivos e, em certa medida, transferir tecnologia aos países que estivessem no seu plano de expansão de atividades. Para além disto, atualmente, conta com recursos tecnológicos para instalação de máquinas e equipamentos sofisticados que dispensam a presença de uma força de trabalho fixa, deturpando novas relações na forma de contratação e organização destes trabalhadores. Por fim, conta, ainda, com um enorme potencial de circulação de seus insumos e produtos, uma vez que são muito mais eficientes os sistemas de transportes na atualidade.

Disto resulta a intensificação do que se convencionou denominar relação entre o global e o local. Trata-se da consolidação dos fluxos internacionais de informação e mercadorias, associada à capacidade de formação de recursos necessários às atividades produtivas, controladas diretamente por sistemas globais, nos locais onde estejam os recursos. Aos agentes econômicos internacionais, industriais ou não, interessa usar o que está disponível no mercado local, em termos de recursos naturais, técnicos e humanos, e isso exige um profundo conhecimento tanto dos recursos disponíveis quanto das *normas* que orientam as relações sociais locais, já que se estabelecem agora contatos e acordos diretamente com as instituições locais. Instituições representativas, sobretudo as que compõem a estrutura administrativa dos governos locais, regionais e nacionais que atuam nos territórios locais, e outras instituições de caráter local, em

especial, as que agregam os empresários que atuam na região. Conseqüentemente, implica também em mudanças nas formas e conteúdos do relacionamento desses capitais com as estruturas e instituições dos Estados nacionais em cada país.

Muda-se, então, o referencial e o papel exercido por cada instituição na relação com o capital internacional e nacional. Em termos locacionais das atividades industriais, interessam, agora, as características técnicas e as formas de divisão do trabalho nos lugares. Trata-se de um privilegiamento das características e do comportamento das forças produtivas locais, que serão *integradas* seletivamente à economia global. Frente a essas novas características, estudos referidos a estas mudanças se multiplicam no campo da economia regional e geografia econômica, para tentar dar conta da complexidade destas relações e viabilidade do deslocamento dos empreendimentos para os *novos* territórios incorporados ao sistema produtivo internacional.

Estes estudos, como sugere Diniz, mostram os limites das concepções teóricas mais tradicionais e das experiências de planejamento regional que, "até a década de 40 (...) estava restrita à teoria da localização das atividades econômicas" (Diniz, 200:4), e que privilegiavam a otimização dos recursos e eliminação dos custos de atrito, em especial os transportes, referindo-se aos trabalhos de Von Thunen, Christaller, Weber e Lösch. Os novos referenciais também contribuem para o aprofundamento das formulações de Schumpeter, que considerava as inovações tecnológicas como importantes na formação das condições para o desenvolvimento endógeno, oferecendo as bases para as formulações de François Perroux que, "ao longo da década de 40 e 50, desenvolveu a noção de pólo de crescimento ou desenvolvimento, explicando o processo de concentração e o papel das empresas líderes (...) no processo de crescimento regional ou

local" (Diniz, 2001:5).

As mudanças na forma, nos conteúdos e na estrutura produtiva na atualidade, realizada a partir de novas bases tecnológicas, põem em cheque estas formulações, uma vez que ampliam o conjunto de relações a que se obrigam as empresas, deixando de, sozinhas, terem o papel catalisador que se supunha anteriormente. Fica, entretanto, a suposição da importância da base técnica e de inovações como variável de destaque na produção de um desenvolvimento econômico e social na escala regional e local.

Assim, na atualidade, mais do que teorias que explicitem os processos de desenvolvimento regional e local, é preciso identificar e reconhecer os elementos constituintes deste novo cenário de relações, em um esforço interdisciplinar, que também enfatize outros aspectos objetivos e subjetivos que se expressam na cultura, na organização institucional e produtiva, na capacidade de administrar as novas formas de concorrência entre os lugares, etc.

Inicialmente, o debate teórico, os estudos e experiências enfocam os processos de desconcentração e reestruturação, urbana e produtiva, buscando desvendar, através das novas formas e conteúdos que se cristalizavam nos territórios, os efeitos mais sensíveis destas mudanças: as instituições locais e regionais como agentes/escalas importantes na organização das atividades produtivas industriais.

Alguns trabalhos exemplificam e são boas referências deste esforço analítico, como os de Lipietz e Leborgne (1988, 1990), em que enfatizam "a desejável parceria" entre firmas, sindicatos, universidades e administração local e debatem a noção de "flexibilidade" no sistema prod VO; Scott e Storper (1988), que propõem uma revisão crítica e uma nova base teórica para a análise do papel das indústrias de alta tecnologia no desenvol-

vimento regional; Storper (1994) ao enfatizar "os caminhos pelos quais as economias em desenvolvimento devem ser integradas na economia global..."; Lipietz (1994), importante no aprofundamento da discussão do que ele identificou como uma nova ortodoxia, ou seja, "a do desenvolvimento endógeno baseado na acumulação flexível cuja forma espacial é o distrito industrial"; Gottdiener (1990) que enfatiza o processo histórico da espacialidade urbana e os efeitos da crise do modelo fordista; etc.

Um ponto em comum em todas as análises, destes e de outros autores, é que, de uma forma ou de outra, os novos recursos tecnológicos influem na definição de novos espaços produtivos. Isso ocorre de várias formas: *i)* em função de deslocamentos no interior de um mesmo país, cujo exemplo mais citado é o da desindustrialização ocorrida no nordeste dos Estados Unidos e o simultâneo crescimento industrial em outras regiões, bem como os processos de desconcentração espacial das atividades industriais nas metrópoles; *ii)* através de uma nova divisão internacional do trabalho, expressa na emergência dos chamados NICs (newly industrialized countries; Harvey, 1994, 156), ou, ainda, *iii)* em termos locais, através da ampliação das chamadas políticas de "desenvolvimento local", principalmente no que diz respeito aos chamados Sistemas Regionais de Inovações (SRI).

Enfim, isso significa dizer que o local ganha visibilidade. Ou melhor, os recursos tecnológicos disponíveis permitem que a localização de qualquer empreendimento dependa mais dos recursos humanos e relações políticas com as instituições locais, do que com as relações institucionais com os níveis de governo central, uma vez que estes são, cada vez mais, subordinados por uma ordem distante, uma ordem determinada pelas forças hegemônicas do capital internacional.

Daí que a escala local, como espaço

de relações privilegiadas para a definição de localização e instalação de empreendimentos, implica, no plano das ações e das análises, atribuir maior importância à identificação das relações que se pretende estabelecer no local referido. O debate, então, ganha novos contornos. Quais recursos são e/ou estão disponíveis? Qual o estágio de desenvolvimento das forças produtivas locais? Qual nível de participação das instituições universitárias e de pesquisas é possível no local? Quais níveis de participação, compromisso e controle podem ser exercidos pelas administrações locais? Quais recursos para investimentos, financiamentos e subsídios existem disponíveis nos diferentes níveis governamentais, para serem aplicados no local? Quais recursos de infra-estrutura econômica e social se podem contar nestes locais?

Responder a estas questões exige mais do que teorias de desenvolvimentos regionais. É preciso enfatizar, mais do que as formas de minimizar os fatores que influem nos custos de produção, o conjunto de recursos e relações possíveis com os sujeitos que produzem o território. Por isto, agora, os estudos, nos parecem, enfatizam mais a realidade social local, promovendo avanços importantes na compreensão das formas, estruturas e processos de organização dos territórios.

Essas mudanças, portanto, nos impõem a busca de novos referenciais analíticos para a leitura do real e da produção contemporânea do espaço, apresentando, agora, a necessidade de tecermos considerações sobre o local na organização sócio-espacial. Isto porque devemos ter mais em conta, mais que no passado recente, a importância das forças produtivas locais, uma vez que o Estado central deixa de ter o mesmo papel indutor e facilitador do desenvolvimento regional, já que são intensas as mudanças no que diz respeito às políticas de fomento e regulação das atividades econômicas.

Antes, mesmo não tendo sido muito considerado nas teorias econômicas regionais, era destacado o papel do Estado nacional, um papel preponderante no planejamento econômico e regional (Lafer, 1987). Sua capacidade de intervenção ocorria através de mecanismos diretos e indiretos, que lhe conferiam muito maior capacidade de regulação tanto do volume quanto da localização dos investimentos. Os mecanismos indiretos se mostravam através de sua capacidade de legislar e impor uma política tributária, cambial e fiscal, bem como influir na distribuição espacial das atividades econômicas mediante subsídios e fomentos dirigidos a setores e regiões determinadas. Os mecanismos diretos se mostravam na sua atuação como empreendedor em setores importantes, como o de indústrias de base e de energia, e, por outro lado, como responsável direto pela infra-estrutura econômica e social, importante tanto para reprodução das condições gerais de produção, quanto para reprodução da força de trabalho.

Na atualidade, em face aos problemas para sustentar os investimentos realizados tanto nas esferas produtivas quanto nas ditas sociais, transferindo recursos públicos para sustentar a acumulação privada de capitais (Oliveira, 1998), o poder de intervenção direta do Estado na economia passa a ser questionado pelas forças hegemônicas no mercado, uma vez que interessa ao capital um maior controle sobre os fatores ligados ao sistema produtivo.

As privatizações que ocorrem no Brasil e no mundo são exemplos destas formas de dominação. Ao capital, interessa, agora, uma relação direta com os agentes econômicos locais, sem perder o apoio e sustentação dos níveis governamentais locais, em uma relação que não permite mais o controle de suas ações e intencionalidades por parte desses governos. Portanto tem-se aí redefinido o papel do estado como agente indutor e controlador do processo de reprodução

ampliada do capital.

Mudanças sociais: sociedade local e organização social

O privilegiamento de negociações também com os sujeitos sociais no espaço local, para a localização industrial, nos remete ao segundo aspecto inicialmente identificado: uma nova forma de relações com os estados nacionais e locais na sedimentação desses novos espaços produtivos. O sistema produtivo considera, agora, a forma como as forças produtivas se organizam nos locais, qual a densidade industrial já existente e se é complexa a divisão do trabalho. Isso exige, mais do que antes, uma interação permanente em termos de informação e formação com as instituições e agentes locais; alterações nos padrões técnicos; e, sobretudo, maior dinamismo em termos de integração com as forças sociais locais.

Este tem sido um campo de reflexão teórica importante na atualidade, sobretudo para os pesquisadores do campo de Geografia Econômica e de Economia Regional, que buscam melhor compreender os fatores indutores da definição dos novos espaços produtivos. No campo acadêmico, mais efetivamente no transcorrer da década de 90, dentre os que privilegiam os estudos sobre o desenvolvimento econômico espacial, destacam-se importantes grupos e atividades que exploram a dimensão local como base para processo de inovação e da produção.

A forma como esta nova linha de estudos e pesquisas se desenvolve, entretanto, depende do *lugar* em que se encontram os grupos de pesquisas e pesquisadores e do *olhar* que estes podem lançar sobre a realidade dos locais, recolocando a célebre questão do desenvolvimento capitalista, o fato de ser desigual e combinado. Nos países centrais, emergem teorias que identificam e justificam a necessidade de uma

integração dos lugares à economia global, a partir da adequação de seus recursos às necessidades da economia internacional. Nos países da periferia econômica, os estudos visam criar as condições para essa integração, trabalhando para justificar a necessidade dos agentes econômicos e sujeitos locais se adequarem a essa *invasão*, através da elaboração de "planos estratégicos", visando "planos de desenvolvimento local" para encontrar, como nos sugere Michael Stoper, "respostas locais à força globais" (Storper, 1980, p.120).

No primeiro caso, são importantes os estudos que especificam o papel da *proximidade geográfica* e da *proximidade organizacional* das firmas, para o desenvolvimento e cooperação local em termos de aprendizagem, inovação e produção (Verdi, 2002). São representativos destes estudos a produção do grupo *Dinamic Proximité*, na França e os trabalhos e conferências anuais sobre espaço da indústria, organizados pela UGI (União Geográfica Internacional), através de sua Comissão de Espaços Econômicos. Destas conferências, vale mencionar a última, realizada em Turim, na Itália, em 2001, cujo tema foi Desenvolvimento Local: introdução da competição, da colaboração e de territorialidades.

Neste contexto, emergem os estudos sobre os Sistemas Regionais de Inovações (SRI) (Diniz, 2001; Cassiolato e Lastres, 1999; Asheim e Cooke, 1998) como novos referenciais para a análise, enfatizando os elementos endógenos de desenvolvimento, ampliando as referências do debate sobre a formação dos chamados *Distritos Industriais* ou *Parques Tecnológicos* (Diniz, 2001) marcados pela força e capacidade de um desenvolvimento endógeno, ou seja, marcados pela dinâmica interna das regiões. Essas formulações em parte derivam das formulações sobre o desenvolvimento endógeno e da força do empresário schumpeteriano formuladas por Schumpeter, mas vão

além na medida em que incorporam mediações importantes do atual quadro de relações internacionais e recursos tecnológicos

A complexidade destas abordagens reside em analisar as novas estratégias de realização e localização das firmas e dos empreendimentos, destacando o papel das instituições e sujeitos locais e a afirmação das forças locais em termos de aprendizagem, inovação e produção. Ao nosso ver, esse novo cenário se estabelece em meio a conflitos e contradições no processo de reprodução ampliada do capital, que precisam ser investigados em cada lugar, pois, se por um lado o capital, as firmas e os empreendedores podem se deslocar no espaço e territorializar sua produção em espaços diversos, esses espaços, que se constituem em territórios usados historicamente, não são *lisos*, não admitem, sem negociações, essa *invasão*, cujos limites, de acordo com Milton Santos, "são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade" (Santos, 1996, p. 143).

Por isto, acreditamos na necessidade de considerarmos essas abordagens sob o ponto de vista da totalidade das relações que se instauram nos lugares, tendo em conta o que George Benko ressalta sobre as *irredutíveis especificidades da sociedade local, do papel do Estado local, da natureza das relações e compromissos sociais locais, de seu modo de regulação garantido pelo Estado local etc.* (Benko, 1996:56). Tais aspectos nos falam da complexidade das relações que presidem a intencionalidade do capital de transferir para regiões e lugares certas atividades de produção industrial consideradas menos qualificadas e nos remetem a fala de Milton Santos quando menciona que a *invasão nos territórios locais* tem limites.

CONCLUSÕES

A análise dos processos nos quais diferentes

sujeitos disputam os sentidos, usos e domínios do território, simultaneamente ao desenrolar das inúmeras tramas derivadas de fenômenos globais e de processos locais de diversas ordens, é um esforço de interpretação da dinâmica que esses fenômenos e processos impõem, no presente, à produção do espaço. Isto, ao mesmo tempo em que nos desafia a capacidade analítica -já que somos colocados diante de um real em movimento, que vai sendo tecido frente ao nosso olhar curioso- provoca nossa capacidade interpretativa, pois somos levados a nomear o que ainda está em processo de formação e cuja resultante espacial é o que queremos antecipar.

Um primeiro ponto a destacar, a este respeito, é que a reestruturação produtiva -resultado de um conjunto de mudanças que flexibilizam as relações e estruturas produtivas, complementadas pelo aprimoramento dos sistemas de comunicação e informação que, em grande medida, impulsionaram o fenômeno denominado de globalização- não prescinde de uma maior aproximação com as organizações e instituições locais. Esta é, na verdade, a sua forma de construir as relações necessárias para se instalar e usar os territórios.

Este mesmo caminho analítico nos levou igualmente a enfatizar, tomando uma perspectiva já apontada por Milton Santos (1996), que algumas das principais mudanças observadas na produção contemporânea do espaço não são expressão de processos de simples "invasão". Falamos principalmente das mudanças referentes a uma nova dinâmica espacial, marcada por constantes deslocamentos de empresas, setores e grupos econômicos no espaço social, em escala mundial, ocupando e determinando novas relações em territórios recém incorporados ou transformados para atender as novas exigências do capital. O que observamos a esse respeito nos leva a afirmar que as novas localizações das atividades

econômicas, na atualidade, têm em conta, muito mais do que anteriormente, que o território não é um espaço *liso*, tem marcas e normas instituídas historicamente pelos sujeitos sociais que o organizam e dominam. Por isso, as formas como se relacionam ações, organizações e instituições locais nas práticas sociais e de gestão do território são aspectos que não podem ser desprezados na interpretação das condições que permitem ao território abrigar novas atividades industriais.

Nessa perspectiva, a interpretação das novas formas de ocupação do território deverá sempre considerar as mudanças na estrutura produtiva e as mudanças decorrentes de novas práticas sociais locais em suas diferentes formas de conjugação.

NOTAS

¹ Essa crise foi caracterizada por Harvey como a *primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973* (Harvey, 1994, p.117).

² Traduzido pelo autor. *Une Pensée Devenue Monde*, 1980, p. 150.

³ When discussing globalization it is important to note that the terms "international" and "global" are not identical. While internationalization simply refers to the extension of activities across national boundaries, for example, a widening of the capitalist world economy as such, globalization implies a purposive functional integration among geographically dispersed activities. (...) we would still argue that the shift from an international to a global economy represents a potentially new phase in the development of the capitalist world economy.

⁴ Para a autora, "hoje, a dispersão territorial da atividade econômica em escalas nacional e mundial cria a necessidade de expansão do controle e do gerenciamento centrais."

⁵ Creio que estes estudos têm o mesmo caráter que tiveram os estudos realizados nos anos 60 e 70, quando as universidades foram instigadas (e financiadas pelo Estado) à pensar a complexidade do espaço urbano, gerando importantes

trabalhos sobre a complexidade deste espaço e sobre os processos que o produzira, como os de Castells, 1972(1983); Lipietz, 1974; Lojkine, 1977 (1981); Topalov, 1976(1979); Harvey, 1973(1980),

⁶ Os autores, neste texto intitulado *O pós-Fordismo e seu Espaço*, introduzem novas e importantes variáveis às formulações teóricas de Lipietz, apresentadas em seu livro *O capital e seu espaço, 1977*.

REFERÊNCIAS

- Aglietta, M. (1986), *Regulacion y crisis del capitalismo - la experiencia de los Estados Unidos*, Siglo XXI Editores, México, pp.192-238.
- Arrighi, G. (1997), *A ilusão do desenvolvimento*, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- Asheim, B. T. e P. Cooke (), "Localized innovation networks in a global economy: a comparative analysis of endogenous and exogenous regional development approaches", *Comparative Social Research*, vol. 17, JAI Press Inc, London, pp. 199-240.
- Becker, B. (1991), "Modernidade e integração do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva", *Revista Espaço & Debates*, ano XI, no. 32, São Paulo, pp. 47-56.
- Benko, G. (1996), *Economia, espaço e Globalização na aurora do século XXI*, Editora Hucitec, São Paulo.
- Cassiolato, J. E. e H. M. M. Lastres (eds.; 1999), *Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*, IBICT/MCT, Brasília.
- Castells, M. (1983), *A questão urbana*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Coelho, F. D. (2001), "Consórcios Regionais de Desenvolvimento: Os Mercados Regionais no Estado do Rio de Janeiro", in *CIDE, A Economia Fluminense: resumo da década de 90*, CD Rom, CIDE, Rio de Janeiro.
- Diniz, C. C. (2001), "O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local", in *Anais do XXIX ENEC-Encontro Nacional de Pós-graduação em Economia*, 11 a 14 de dezembro de 2001, Salvador/BA. (www.enpec.org.br/encontro2001/artigos).
- Diniz, C. C. et al. (2001), *Projeto Parque tecnológico de Belo Horizonte*, UFMG, Minas Gerais (www.ufmg.br/prpq/ParqueTecnológico.rtf).
- Harvey, D. (1980), *A Justiça Social e a Cidade*, Editora Hucitec, São Paulo.
- Harvey, D. (1994), *Condição Pós-Moderna*, Edições Loyola, São Paulo.
- Hirst, P. e G. Thompson (1998), *Globalização em questão*, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- Lafer, B. M. (1987), "O conceito de planejamento", in: Lafer, B.M. (org.), *Planejamento no Brasil (1970)*, Editora Perspectiva, 5ª edição, São Paulo.
- Lipietz, A. (1974), *Le tribut foncier urbain*, Librairie François Maspero, Paris.
- Lipietz, A. (1994), "O local eo global: personalidade regional ou inter-regionalidade?", in *Revista Espaço & Debates*, NERU, ano XIV, no. 38, São Paulo, pp. 10-20.
- Lipietz, A. e D. Leborgne (1988), "O fordismo e seu espaço", in *Revista Espaço & Debates*, NERU, ano VIII, no. 25, São Paulo, pp. 12-29.
- Lipietz, A. e D. Leborgne (1990), "Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial", in Valladares, L. e E. Preteceille (orgs.), *Reestruturação urbana: tendências e desafios*, Editora Nobel, São Paulo, pp. 17-43.
- Lojkine, J. (1981), *O estado capitalista e a questão urbana*, Editora Martins Fontes, São Paulo.
- Lefebvre, H. (1980), *Le schéma général In: Une Pensée Devenue Monde. Faut-il Abandonner Marx?*, Fayard, Paris, pp. 136-177.
- Oliveira, F. De (1998), *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- Santos, M. (1996), *A natureza do espaço-*

técnica e tempo, razão e emoção, Editora Hucitec, São Paulo.

☞ Santos, M. (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo.

☞ Sassen S. (1993), "A cidade global", in Lavinas, L. et al. (orgs.), *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Editora Hucitec, São Paulo, pp. 187-202.

☞ Scott, A. J. e M. Storper (1988), "Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica", in *Revista Espaço & Debates*, NERU, ano VIII, no. 25, São Paulo, pp.30-44.

☞ Singer, P. (1998), *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, Editora Contexto, São Paulo.

☞ Souza, M. L de (1996), "A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial", in *Território/LAGET, UFRJ*, vol 1, no. 1, jul/dez, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, pp. 5-22.

☞ Storper, M. (1994), "Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento", in: Ribeiro, L. C. Q. e O. A. Santos Junior (orgs.), *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*, Civilização, Rio de Janeiro.

☞ Topalov, Ch. (1979), *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*, Editorial Edicol México, México.